

POLÍTICA

Gasolina e óleo, sem as multinacionais.

Segundo a Sistematização, a distribuição de petróleo só pode ser feita pela União e suas autorizadas. Mas estas só podem ser nacionais.

Só empresas de capital nacional majoritário e constituídas com sede no Brasil poderão receber autorização da União para a distribuição de petróleo e derivados. Isso, segundo o que foi aprovado ontem pela Comissão de Sistematização e que, para ser modificado, precisa de 280 votos quando passar pelo plenário da Constituinte.

As alterações afetam diretamente a Shell, anglo-holandesa, e as norte-americanas Esso, Texaco e Atlantic, empresas controladas por capital estrangeiro e que detêm hoje 50% do mercado brasileiro de distribuição de petróleo.

A Sistematização também aprovou o redução do prazo para o direito de posse de imóvel urbano por usucapião para cinco anos (atualmente o prazo é de 15 anos), incluiu no texto constituinte que "o transporte coletivo urbano é essencial e dever do Estado" e determinou que a ordenação dos transportes aéreos, marítimos e terrestres será feita pela legislação ordinária.

A emenda que mantém a distribuição dos derivados de petróleo como monopólio da União foi aprovada por 50 contra 41 votos, tendo recebido um voto favorável e "distraído" do senador Albano Franco, também presidente da Confederação Nacional das Indústrias (CNI). Isso lhe valeu uma descompostura pública feita pelo deputado Francisco Dornelles, do PFL do Rio.

Fernando Santana (PCB-BA), autor da emenda, justificou as alterações nos requisitos mínimos pa-

ra as empresas privadas poderem receber da União a concessão para distribuição como "uma oportunidade para a iniciativa privada acumular riquezas em harmonia com os interesses nacionais, não devendo essa medida ser interpretada como estatizante". Segundo a emenda aprovada, a concessão de distribuição pode ser dada às empresas privadas por "prazo determinado e com anuência prévia da União" desde que estas sejam constituídas com maioria de capital nacional e tenham sede no País.

Santana argumentou que há muito tempo a Shell, Esso, Atlantic e Texaco deixaram de investir em postos, transportes e armazenagem, limitando-se a receber pedidos e transportar as mercadorias solicitadas das refinarias aos postos de revenda, "o negócio mais lucrativo do mundo".

— Está emenda — frisou Santana — tornou possível que a distribuição, tarefa que é de uma indústria mas apenas de uma telefonista que anota os pedidos, seja dividida com os empresários brasileiros.

Esta foi a única alteração introduzida no artigo 199, relativo ao monopólio da União na pesquisa e lavra das jazidas de petróleo e gases, refinação do produto e demais modalidades de transporte e comercialização, tendo prevalecido o texto do relator Bernardo Cabral.

O senador Albano Franco foi criticado com veemência pelo deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ), por ter votado a favor sem saber do que se tratava.



Albano Franco, distraído, vota contra as suas teses. E é xingado por Dornelles.

"Você é um irresponsável, um idiota, não poderia ter feito isso" — disse Dornelles, dedo em riste, dirigindo-se a Albano Franco em voz alta, chamando a atenção do plenário da Comissão. Enquanto o deputado Dornelles repreendia Albano Franco, os deputados Aldo Arantes (PC do B-GO) e José Genoíno (PT-SP) aplaudiam o voto do presidente da CNI.

O ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, também demonstrou preocupação ao tomar conhecimento da aprovação da emenda que exclui empresas internacionais da distribuição de gasolina e álcool. "Vamos devagar! Depressa não dá..."

Transportes

O transporte urbano "essencial" resultou de um novo artigo inserido no substitutivo em exame

pela Comissão de Sistematização em virtude de aprovação, por 55 votos contra 34 e duas abstenções, de emenda do deputado Euclides Scalco (PMDB-PR). Assim, entrou no texto constituinte que "o transporte coletivo urbano é um serviço público essencial, de responsabilidade do Estado, podendo ser operado subsidiariamente através de concessão ou permissão".

Por sugestão da relatoria e face às divergências no plenário, Scalco concordou em retirar o parágrafo único do artigo, que ocupou boa parte dos debates na manhã de ontem. Este parágrafo único determinava que a lei disporia sobre a criação de um fundo de transportes urbanos, administrado pela União e municípios, para subsidiar a diferença entre o custo do transporte e o valor da tarifa paga pelo usuário.

Quanto à ordenação dos transportes aéreo, terrestre e marítimo, ficou mantido apenas o caput do artigo 203 do substitutivo Bernardo Cabral, rejeitando-se seus parágrafos 1º e 2º, segundo emendas apresentadas pelo líder do PTB na Câmara, Gastone Righi.

A discussão da matéria gerou polêmica porque os dois parágrafos do artigo 203 foram incluídos através de errata, provocando desconfiança quanto à sua autoria. O relator-adjunto, senador José Inácio (PMDB-ES), ocupou a tribuna para garantir que o parágrafo decorreu de emenda acatada pela relatoria, enquanto o deputado petista José Genoíno (SP) lembrou que, até agora, a Mesa da Comissão não explicou por que os dois parágrafos foram incluídos no segundo substitutivo, se não constavam do primeiro ou de qualquer emenda.

Na defesa da sua emenda supressiva do parágrafo 1º, segundo o qual "as disposições deste artigo não se aplicam ao transporte de granéis", o deputado Gastone Righi negou que sua proposta proibisse o afretamento por navios estrangeiros, o que assegurou estar garantido pelo caput. O líder petista acusou de "máfia" os "burocratas da Petrobrás e da Companhia do Vale do Rio Doce, que recebem propinas para afretar navios estrangeiros". A emenda foi aprovada por 72 votos contra 12 e duas abstenções.

A segunda emenda do deputado Gastone Righi, suprimindo o pa-

rágrafo 2º do mesmo artigo (que dizia: "A lei estabelecerá condições para conceder direito de bandeira brasileira a navios afretados, em caráter complementar ou temporário, por empresas nacionais de navegação") foi aprovada por 62 votos, contra 25 e 6 abstenções.

A Comissão de Sistematização aprovou, ainda, emenda, de autoria do deputado Prisco Viana (PMDB-BA), modificando o artigo 205 e parágrafos do substitutivo Bernardo Cabral. Segundo o texto original do substitutivo, a atividade pesqueira é privativa de embarcações nacionais, mas a emenda do deputado baiano remete a questão para lei complementar.

O texto aprovado: "A lei disporá sobre a ordenação dos transportes aéreo, terrestre e marítimo, observadas, no que se refere ao marítimo, as disposições de acordos bilaterais firmados pela União, o equilíbrio entre armadores e navios de bandeira e registro brasileiros e do País exportador ou importador e atendido o princípio de reciprocidade".

O usucapião urbano foi confirmado tal como estava proposto no substitutivo Cabral-2. "Aquele que possuir como seu imóvel urbano, com área de até 250 metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-o para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-a o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural." A emenda que pretendia reduzir a 3 anos o direito foi rejeitada.

Ontem foi o Dia Nacional de Reflexão sobre a Estabilidade, uma sugestão — bem-sucedida — do Pensamento Nacional das Bases Empresariais.

Mais discussão: estabilidade.

Aproximadamente três mil telegramas foram enviados para presidentes de sindicatos, associações, grupos empresariais, federações e confederações, sugerindo que todos fizessem reuniões com suas bases, ontem, para um "dia nacional de reflexão sobre a estabilidade".

A idéia e os telegramas partiram dos coordenadores do PNBE — Pensamento Nacional das Bases Empresariais — que ontem mesmo começaram a receber os primeiros resultados da sugestão. Até o final da tarde eles já haviam recebido telegramas comunicando sobre reuniões realizadas no Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Ceará e em setores diversos de São Paulo.

O resultado de todos os encontros deverá estar compilado dentro de uma semana ou dez dias, segundo um dos coordenadores do PNBE, Joseph Michel Couri. E, embora ressaltando que não tem ainda todos os dados em mãos, ele prevê que a maioria irá optar contra a instituição da estabilidade na nova Constituição. Os primeiros telegramas de reuniões recebidos ontem apontavam essa tendência, segundo ele.

Com os resultados totais é que a coordenação do PNBE irá decidir que atitude tomar. "O PNBE só faz o que as bases empresariais querem. Não queremos induzir ninguém a nada", disse Joseph Couri, sem confirmar se os empresários levarão o documento a Brasília ou se apenas divulgarão seu resultado.

Abifa contra

A estabilidade pode ser discutida entre trabalhadores e empresários, mas não deve fazer parte da Constituição. A conclusão é da Abifa — Associação Brasileira das Indústrias de Fundição — e do Sindi-

cato das Indústrias de Fundição do Estado de São Paulo, depois da reunião proposta pelo PNBE.

Durante o encontro, que reuniu 12 empresários do setor (representando 400 associados da Abifa, que congrega 1.150 fundições com 90 mil trabalhadores) a preocupação foi ressaltar que o importante é a negociação. "Queremos que se retire da Constituição a estabilidade. Para nós ela tem que ser negociada entre trabalhadores e empresários. Queremos sindicatos fortes que representem os interesses dos trabalhadores. E acredito que aqueles que ainda são fracos irão se organizar para fazer prevalecer seus direitos", afirmou Aduino Pontes, vice-presidente do Sindicato das Indústrias de Fundição do Estado de São Paulo.

Mais ainda: "Eles imaginam que não interessa ao trabalhador a estabilidade. Acho que para ele interessa um salário digno, onde esteja embutido o direito de administrar sua poupança, e não que o Estado administre a poupança dele através de uma política salarial e de direitos não transparentes".

Na reunião foi discutida também, e combatida, segundo o vice-



Aduino Pontes, das indústrias de fundição: contra o corporativismo.

presidente da Abifa, a tradição corporativista do Brasil. "Se não acabarmos com o corporativismo manteremos a sociedade com um caráter infantil de esperar uma posição paternalista para resolver seus problemas."

As piores consequências da estabilidade na nova Constituição são, na opinião dos empresários do setor de fundição, a prorrogação do corporativismo no País e a pro-

moção no desemprego. "Na medida em que se cria uma sociedade estável e garantida, os empresários param de investir em atividades de alto risco, de incerteza, e a oferta de emprego diminui. Nenhum empresário jovem vai assumir riscos de ter empregados estáveis sem saber o que o espera. A estabilidade no emprego tem a mesma natureza do congelamento de preços nos supermercados. O

que vamos ter é uma retirada de empregos das prateleiras", comentou Aduino Pontes. O seguro-desemprego, na sua opinião, poderia ser uma alternativa em situação de emergência.

Mais repúdio

O texto constitucional sobre estabilidade no emprego não atende interesses dos trabalhadores e dos empresários. Portanto, não atende aos interesses do País, foi a conclusão do debate entre o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo (maior sindicato da América Latina, com 450 mil trabalhadores na base) e cerca de 100 empresários paulistas, do PNBE, no Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp).

"Se a estabilidade for imposta, o que acontecerá com as empresas sazonais?", perguntou o diretor da Moinho Pacífico, Lawrence Pih. Além disso, segundo ele, a estabilidade impedirá que se atinja o objetivo de gerar 1,75 milhão de empregos por ano e que a meta de investimentos de 27% do PIB se torne cada vez mais inatingível. Hoje, investe-se 16% do PIB. Para Pih, a questão da estabilidade deve ser

resolvida por legislação ordinária e através de negociações diretas entre patrões e empregados.

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luiz Antônio Medeiros, concordou e defendeu a conquista da estabilidade através das convenções coletivas de trabalho. Ele quer a adoção de barreiras contra as demissões imotivadas, além de uma discussão séria com os sindicatos patronais sobre a preservação de mão-de-obra, via seguro-desemprego. Entende o líder sindical que o atual modelo afeta a dignidade do trabalhador, que será atingida ainda mais se a estabilidade for aprovada no Plenário da Constituinte. "Ao contrário do que pretendem, a medida trará a instabilidade no emprego", disse.

Exemplo da Autolatina

Após dizer que falta coragem ao empresariado nacional para adotar iniciativas de contestação à política econômica, Medeiros foi aplaudido quando declarou que o exemplo da Autolatina deveria ser seguido. "O relacionamento entre empresas e trabalhadores é uma via de duas mãos. O movimento sindical está rasgando bandeiras ideológicas e aguardando um novo comportamento da classe patronal. Se todos comprarem a briga, vamos mudar a atual situação, pois chegou a hora de enfrentarmos o governo e rasgarmos também as leis consideradas injustas aos dois setores", afirmou.

Em Porto Alegre, ontem as 200 empresas ligadas à Associação dos Jovens Empresários do Rio Grande do Sul iniciaram um protesto distribuindo entre seus funcionários e a população em geral cerca de 1,2 milhão de panfletos em que advertem para os riscos e consequências negativas caso a estabilidade venha a ser aprovada em plenário.

Agora, a pressão dos trabalhadores.

É hoje, em Brasília: 50 dirigentes sindicais de todo o País estarão reunidos para, segundo dizem, exercer o mesmo tipo de pressão em relação à estabilidade no emprego feita pela iniciativa privada com a criação da UBE — União Brasileira de Empresários. A idéia é criar um Movimento de Defesa das Conquistas dos Trabalhadores na Constituinte.

Contra a iniciativa dos empresários, os sindicalistas querem arranjar meios de lutar contra a queda, em plenário, de direitos votados pela Comissão de Sistematização: além da estabilidade, também a jornada de 44 horas semanais, a imprescritibilidade das reclamações trabalhistas e o pagamento de horas extras em dobro.

Segundo vários sindicalistas, a intenção é redigir um manifesto à Nação, mostrando os objetivos do Movimento e denunciando o Centrão (o grupo moderado da Constituinte) como "parlamentares de postura conservadora, capitaneados pelo Palácio do Planalto. As propostas do Movimento dos Trabalhadores vai mais além, entretanto: os sindicalistas querem também que se

exerça pressão contra as possíveis privatizações de empresas estatais. Segundo esses sindicalistas, "não se pode confiar muito na livre iniciativa, como disse o presidente do Sindicato dos Bancários de Lacerda Junior. Disse ele que no ano passado as isenções tributárias determinaram a perda de Cz\$ 123 bilhões.